



ATA NÚMERO DOIS

Segunda Sessão Ordinária: 28/04/2026

Pelas vinte horas do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, teve lugar no Auditório da Quinta da Cruz, a segunda sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Repeses e São Salvador. -----

Presidiu à sessão o Presidente da Assembleia, o Senhor **Hugo Alexandre Pereira Martins de Barros**, coadjuvado pela Primeira Secretária, a Senhora **Catarina Isabel Peres Cândido**, e pelo Segundo Secretário, o Senhor **Rodrigo Soares Martins**. -----

Estiveram presentes os seguintes Membros da Assembleia: a Senhora **Ana Brígida Miranda Vicente de Oliveira**, a Senhora **Ana Paula de Jesus Ramos**, a Senhora **Diana Patrícia Morgado Lopes**, o Senhor **Gonçalo Renato Pereira Rodrigues de Matos**, o Senhor **Hélder Abraão Prazeres de Oliveira**, o Senhor **José Carlos Rodrigues Ferreira Pinho**, a Senhora **Lúcia Alexandra Rodrigues de Almeida**, a Senhora **Marta Alexandre Pais**, o Senhor **Paulo Jorge Gomes Martins da Fonseca** e o Senhor **Rui Pedro Ferreira Camões**. - O executivo da Junta de Freguesia também marcou presença, encontrando-se presentes: a Presidente da Junta, a Senhora **Márcia Sofia Gomes de Lima**, o Secretário, o Senhor **João Luís Pereira Gonçalves**, o Tesoureiro, o Senhor **Fernando Manuel Almeida Albuquerque Ferreira** e as Vogais, a Senhora **Natália Maria Oliveira Soares e Albuquerque** e a Senhora **Silvia Maria Ribeiro de Oliveira**. -----

À entrada, foi realizado o registo de presença de cada membro da assembleia. Constatada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a segunda sessão pública e ordinária da Assembleia de Freguesia de Repeses e São Salvador. -----



O Senhor Presidente da Assembleia optou por proceder, em primeiro lugar, à leitura e votação da ata da primeira sessão ordinária, dando posteriormente continuidade aos trabalhos constantes da convocatória. -----

Ponto Um – Aprovação da Ata da Sessão Anterior. -----

Após a leitura de um excerto da ata, o **Senhor Presidente da Assembleia** questionou os membros sobre a dispensa da sua leitura integral, uma vez que esta lhes tinha sido previamente remetida para apreciação, tendo os mesmos concordado por unanimidade. O Senhor **José Pinho**, no entanto, solicitou a correção de uma frase da ata, por considerar que a sua intervenção não se encontrava corretamente registada, devendo constar “alargamento do cemitério” em vez de “alargamento da rua”. Identificada a incorreção e feita a devida correção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação. -----

A ata foi aprovada por **unanimidade**, com **treze** votos a **favor**, **zero** votos **contra** e **zero** **abstenções**. -----

Foi dada continuidade aos trabalhos, entrando-se no **Período Antes da Ordem do Dia**, durante o qual o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra aos membros. -----

O Senhor **Paulo Fonseca** foi o primeiro membro da Assembleia a usar da palavra, questionando sobre o projeto previsto para o polidesportivo de Repeses, nomeadamente a sua mais-valia para os residentes, as condições de utilização do espaço e a possibilidade de usufruto gratuito pela população. Solicitou ainda esclarecimentos sobre a razão de a Missão Continente na iniciativa Footpark, projeto inicialmente pensado para o Polidesportivo supra-mencionado ter sido cancelado e sobre a eventual existência de outras parcerias no âmbito de candidaturas para a reabilitação do espaço em questão. -----

Após lhe ter sido concedida a palavra pelo Senhor **Presidente da Assembleia**, a Senhora **Presidente da Junta** esclareceu as questões colocadas pelo Senhor Paulo Fonseca, começando por enaltecer a presença dos fregueses e reforçar a importância da participação da população nas sessões públicas. -----

Informou que a candidatura à Missão Continente não foi aprovada, devido à localização do polidesportivo, por se encontrar afastado do Hipermercado



Continente, o que levou ao cancelamento do projeto anteriormente previsto. Esclareceu ainda que apenas o campo inferior será destinado à prática de ténis, mantendo-se a intenção de atribuir uma utilização diferente ao campo superior. Referiu que foi condição do executivo garantir que a população pudesse usufruir dos espaços, os quais, embora sob gestão municipal, estarão disponíveis para a comunidade em períodos específicos e de forma gratuita, mediante regras de utilização. Salientou ainda que este investimento não representa qualquer encargo para a freguesia e contribuirá para a melhoria das condições do espaço. Quanto ao campo superior, informou que foi lançado ao Clube “Os Repesenses” o desafio de apresentar, em parceria com outras entidades, uma candidatura para a sua requalificação. Em alternativa, esta poderá ser concretizada com o apoio da Junta, através da Câmara Municipal, mantendo-se um modelo semelhante ao do campo inferior, permitindo a utilização do espaço pelos atletas e pela população em períodos definidos. -----

Encontra-se em análise a possibilidade de construção de um parque infantil no espaço livre junto ao campo de ténis. Esta é, aliás, uma das infraestruturas de lazer mais solicitadas pelos residentes daquela zona, que a consideram uma necessidade. Informou que, no mandato anterior, foi equacionada a possibilidade de construção de um parque infantil no terreno situado atrás do cemitério de Repeses, junto às instalações da Rocha e Chaves. Apesar de a escritura ainda não ter sido formalizada, consta numa ata que mil metros quadrados desse terreno foram afetos à Junta de Freguesia. Na altura, a proposta de construção do parque infantil não reuniu consenso, devido à proximidade do local ao cemitério. Atualmente, o terreno continua disponível, e o executivo terá de encontrar uma utilização adequada para o mesmo. -----

O segundo membro da assembleia a usar da palavra para pedir esclarecimentos foi o **Senhor José Pinho**. Iniciou a sua intervenção referindo que a freguesia dispõe de um polidesportivo que pertence ao domínio municipal, constatando o facto de ser a Junta a assumir a sua requalificação. A Senhora **Presidente da Junta** esclareceu que não seria assim, uma vez que a freguesia não dispõe de capital próprio para realizar a obra, sendo sempre necessário recorrer a



financiamento municipal. Perante a existência de uma entidade gestora responsável por este tipo de equipamentos, o Senhor **José Pinho** questionou como será garantido o acesso dos fregueses a esse espaço, uma vez que essa entidade poderá condicionar o acesso às instalações. Acrescentou ainda que existem outros espaços na freguesia a necessitar de requalificação, questionando se há uma estratégia definida para este tipo de intervenções, nomeadamente no apoio a associações desportivas ou outras, com eventual participação da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia. Por último, quis saber qual o uso que podemos dar ao terreno junto às instalações da Rocha e Chaves, apesar de não haver escritura e existir apenas uma referência numa ata. Foi concedida a palavra à Senhora **Presidente da Junta**, que informou existir um protocolo com a Associação de Ténis, estando prevista a elaboração de um contrato de exploração do espaço. O executivo acredita que esse contrato irá definir as condições de utilização do polidesportivo pela população. A Senhora Presidente da Junta salientou ainda que o espaço se encontrava encerrado e ao abandono há mais de oito anos. Devido à falta de condições de segurança e aos sucessivos atos de vandalismo, o recinto foi fechado com cadeado, não tendo qualquer utilização durante esse período. Informou também que qualquer associação desportiva da freguesia pode candidatar-se diretamente aos programas desportivos existentes no Município, não sendo necessário fazê-lo através da Junta de Freguesia. Acrescentou que, caso se trate de uma mais-valia para a freguesia, a Junta poderá apoiar e assumir uma candidatura para a reabilitação de um espaço. A Senhora Presidente da Junta referiu desconhecer a existência de outros espaços semelhantes ao polidesportivo que se encontrem ao abandono. Não sendo um polidesportivo, foi abordada a falta de utilização da infraestrutura desportiva do Estádio de Futebol de Paradinha. Sobre essa questão, foi esclarecido que o espaço pertence à associação daquela localidade, existindo órgãos responsáveis pela sua gestão. A Senhora Presidente da Junta referiu que a reabilitação de um polidesportivo é completamente diferente da reabilitação de um estádio, sobretudo em termos financeiros, uma vez que o investimento necessário é substancialmente distinto.



Quando foi mencionado o eventual apoio para a reabilitação da infraestrutura existente, esclareceu-se que, embora o espaço pertença ao Repesenses, trata-se de um polidesportivo. Após as últimas declarações da Senhora Presidente da Junta, o Senhor **José Pinho** pediu a confirmação de que o polidesportivo pertence ao Repesenses, considerando que, sendo propriedade dessa entidade desportiva, o espaço assume natureza privada. Segundo o Senhor José Pinho, o polidesportivo apresenta um cariz mais próximo do domínio público, apesar de se encontrar encerrado há já algum tempo. Acrescentou ainda que, embora desconheça os termos do protocolo celebrado, o espaço foi cedido a uma entidade de natureza diferente e que não se encontra sediada na freguesia. Perante esta situação, o Senhor José Pinho manifestou interesse em compreender de que forma será assegurada a manutenção do domínio público daquele espaço. A Senhora **Presidente da Junta** tomou de imediato a palavra para esclarecer que a reabilitação do espaço localizado no Bairro de Santa Eulália não está fora de questão. Referiu ainda que a eventual atribuição de apoio à reabilitação do polidesportivo do Repesenses implicaria, possivelmente, um investimento semelhante ao que seria necessário para a recuperação do polidesportivo do Bairro de Santa Eulália, através do apoio de outras entidades que o Repesenses teria de mobilizar. -----

Relembrou novamente que, no Bairro de Santa Eulália, não existe um parque infantil e que, para os moradores, esta infraestrutura seria muito mais importante. No entendimento do executivo, o ideal seria conseguir o melhor dos dois mundos: um parque infantil e um polidesportivo. O Senhor **José Pinho** pediu novamente a palavra para esclarecer que não discordam do objetivo de reabilitar o polidesportivo, mas pretende compreender de que forma este irá funcionar e como os fregueses poderão usufruir do espaço. Para finalizar, a Senhora **Presidente da Junta** manifestou o desejo de encontrar a melhor solução, fazendo tudo o que estiver ao seu alcance para satisfazer os fregueses, embora tenha a convicção de que nunca será possível agradar a todos. -----

O Senhor **Paulo Fonseca** pediu de novo a palavra e solicitou esclarecimentos sobre a situação do Estádio de Paradinha, Referiu ter tido conhecimento de que



a Junta de Freguesia, com o conhecimento da associação, teria entrado em contacto com o Académico e o Viseu 2001 com o intuito de estabelecer parcerias e, por esse motivo, questionou se a Junta de Freguesia procurou ajudar a encontrar uma solução e apoiar a associação na resolução dos problemas relacionados com o estádio, ou se é possível ajudar. Em resposta, a Senhora **Presidente da Junta** referiu que o executivo tem procurado colaborar com todas as associações da freguesia, reconhecendo a sua importância e apoiando a recuperação da capacidade de atuação de algumas delas. Salientou, contudo, que o executivo da Junta não interfere na gestão interna das associações, cabendo às respetivas direções, que foram eleitas pelos seus sócios tomar as decisões necessárias atinente à gestão da sua atividade, sendo ainda os apoios financeiros disponíveis limitados. Relativamente à Associação de Paradinha, a Senhora Presidente da Junta esclareceu que existe um protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia e a associação. As instalações da associação são utilizadas para a realização das aulas de informática sénior e, em contrapartida, a Junta procede, sempre que possível, à limpeza do estádio de futebol. Salientou ainda que cada associação possui os seus próprios órgãos de direção, competindo-lhes a resolução dos respetivos assuntos internos. No entanto, sempre que alguma coletividade, nomeadamente um clube de futebol da freguesia, solicite apoio em matérias como processos de licenciamento ou outras questões administrativas, o executivo da Junta tem o dever de prestar o apoio necessário. Nesse sentido, a Junta apoiou a associação de Santarinho nestas matérias. -----

De seguida, a Senhora Presidente da Junta passou a palavra ao Senhor Tesoureiro da Junta, Fernando Ferreira, para prestar os esclarecimentos relativos às questões levantadas pelo Senhor Paulo Fonseca, visto pertencer à direção da associação de Paradinha. -----

O Senhor **Fernando Ferreira** iniciou a sua intervenção referindo que integra a direção há doze anos. Explicou que existiu um protocolo de colaboração com o Viseu 2001 que esteve em vigor durante cerca de dez anos, tendo o mesmo sido posteriormente anulado, dado o clube não ter cumprido com os compromissos



Assembleia de Freguesia de Repeses e São Salvador

assumidos no âmbito do referido protocolo, nomeadamente a realização de obras no estádio, que deveriam ter sido executadas, mas que nunca chegaram a concretizar-se. Acrescentou ainda que se encontram em curso conversações com outras instituições, com vista à dinamização e valorização do estádio de Paradinha. No entanto, considerou ser ainda prematuro divulgar qualquer informação sobre essas negociações, pelo que, para já, resta aguardar pelo seu desenvolvimento. -----

Para finalizar, a Senhora **Presidente da Junta** referiu concordar com o Senhor Paulo Fonseca relativamente à carência de infraestruturas desportivas no concelho para dar resposta ao elevado número de jovens e atletas. Acrescentou que, caso a Associação de Paradinha venha a constituir uma equipa de futebol ou a desenvolver atividade na área da formação desportiva, o Município também dará a devida atenção e apoio ao clube, à semelhança do que acontece com o Repesenses e o Lusitano. -----

Terminados os esclarecimentos solicitados, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu continuidade aos trabalhos, concedendo a palavra à Senhora Diana Lopes. -----

A Senhora **Diana Lopes** começou por agradecer o envio da informação relativa ao Plano de atividades da Unidade Local de Proteção Civil. Referiu também que, após analisar a documentação disponibilizada, verificou que as atividades previstas têm início no mês de junho. Enquanto residente na Póvoa da Medronhosa, questionou sobre as ações já desenvolvidas e as previstas no âmbito da prevenção de incêndios rurais. Solicitou ainda esclarecimentos sobre a atuação da Unidade Local de Proteção Civil durante as tempestades ocorridas no início do ano, em particular junto dos moradores das zonas ribeirinhas, e perguntou se a Comissão Social de Freguesias procedeu ao levantamento dos prejuízos e ao acompanhamento das famílias afetadas. -----

Antes de conceder a palavra à Senhora Presidente da Junta, o Senhor Presidente da Assembleia salientou a importância da prevenção em matéria de proteção civil, apelando ao voluntariado e à participação ativa dos membros da Assembleia na Unidade Local de Proteção Civil. -----



A Senhora **Presidente da Junta** começou por esclarecer que a principal missão das Unidades Locais de Proteção Civil não é a atuação, mas sim a prevenção. Referiu que essa prevenção passa pela sensibilização e informação da população, bem como pela identificação de terrenos que necessitam de limpeza, tarefa que muitas vezes se revela difícil devido à inexistência de cadastro atualizado. Explicou ainda que a Unidade Local de Proteção Civil desenvolve atividades ao longo de todo o ano. No entanto, o plano de atividades apresentado prevê um maior número de iniciativas a partir do mês de junho, incluindo ações dirigidas às crianças e à comunidade em geral, bem como formação em áreas como os primeiros socorros. Acrescentou que se trata de um plano previsional, elaborado com o objetivo de ser concretizado. Salientou também que as alterações climáticas têm vindo a tornar os fenómenos meteorológicos extremos mais frequentes, exigindo uma maior atenção e capacidade de prevenção por parte de todos. Relativamente às fortes chuvadas ocorridas recentemente, referiu que a localidade da Póvoa da Medronhosa foi particularmente afetada devido a um grave problema de escoamento de águas pluviais. Segundo explicou, esta situação resulta da inexistência de um adequado planeamento do sistema de drenagem, agravada pelo declive acentuado de algumas ruas. Acrescentou que, caso o escoamento estivesse devidamente dimensionado, os paralelos da calçada não seriam sucessivamente levantados pela força das águas, motivo pelo qual aquela calçada já teve de ser intervencionada por mais de uma vez. Relativamente à questão das inundações, a Senhora Presidente da Junta referiu que esta não foi uma situação isolada e que, devido à localização das habitações afetadas, existe a possibilidade de ocorrências semelhantes voltarem a verificar-se. Esclareceu que o executivo acompanhou a situação desde o primeiro momento, deslocando-se ao local e prestando apoio aos moradores. Referiu ainda que, devido às dificuldades de acesso, foi necessário chegar às habitações através da margem oposta do rio. Durante esse período, foram entregues bens essenciais, nomeadamente alimentos e água. Segundo a Senhora Presidente, os próprios residentes afirmaram que a inundação ocorrida este ano não foi das mais graves que já enfrentaram. Acrescentou que o rio é



alvo de limpezas regulares, mas considerou que poderão ser necessárias intervenções mais profundas para minimizar estes constrangimentos no futuro, apontando como exemplo a possibilidade de aumentar a profundidade do leito do rio. Informou também que a Unidade Local de Proteção Civil, em articulação com a Proteção Civil Municipal e a Polícia Municipal, procurou proceder à retirada preventiva da família residente na zona afetada. No entanto, os moradores recusaram abandonar a habitação. Por fim, esclareceu que foi efetuada uma avaliação da segurança da habitação, tendo-se concluído que a mesma não apresentava risco estrutural, uma vez que se encontra assente sobre uma laje considerada estável e segura. Acrescentou ainda que foi disponibilizado um local alternativo para acolher a família, opção que igualmente não foi aceite pelos residentes. Para concluir a questão relativa à Unidade Local de Proteção Civil, a Senhora Presidente da Junta informou que, no ano passado, ocorreu um incêndio de origem criminosa na freguesia. Na opinião do executivo, as motivações que estiveram na origem desse incêndio são complexas e não se relacionam com interesses ligados aos madeireiros. Referiu ainda que existe a expectativa de que o próximo verão possa ser particularmente difícil em termos de risco de incêndio, devido à elevada quantidade de matéria combustível resultante das fortes chuvadas ocorridas nos últimos meses, aumentando a probabilidade de ocorrência de incêndios. Nesse sentido, serão iniciados trabalhos de limpeza de caminhos e de abertura e manutenção de estradões, com o objetivo de melhorar as condições de prevenção e combate a incêndios. A Senhora Presidente salientou que as freguesias possuem competências na área da Proteção Civil, embora, na prática, muitas das atribuições previstas na legislação para a Proteção Civil Municipal não tenham sido efetivamente transferidas para as Juntas de Freguesia. Informou também que integra o Conselho Diretivo da ANAFRE, sendo responsável pelo pelouro da Proteção Civil, função que lhe confere a missão de defender uma maior autonomia das freguesias nesta matéria. Considera que, sem uma efetiva transferência de competências, também não existe a correspondente transferência de recursos financeiros. Por último, destacou que a criação e manutenção de faixas de



Assembleia de Freguesia de Repeses e São Salvador

gestão de combustível com 50 metros de largura representam um encargo financeiro muito significativo. Sempre que possível, o executivo procura realizar estes trabalhos com recurso aos próprios funcionários da Junta. Foi destacado que já foram realizadas duas sessões de formação em primeiros socorros e que, em breve, terá lugar uma sessão dedicada aos primeiros socorros pediátricos. Para o efeito, foi estabelecida uma parceria com uma entidade formadora credenciada, que ficará responsável pela dinamização da ação. Em contrapartida, será disponibilizada uma sala no Edifício Multiusos para que seja possível exercerem os seus trabalhos. Está também prevista a realização de ações de sensibilização e formação nas escolas. Além disso, em junho terá início o grupo de voluntariado, que entra no seu quinto ano consecutivo de atividade, no âmbito dos programas do IPDJ. Estes jovens voluntários irão colaborar nas ações de formação e informação dirigidas à população. Entre os temas a abordar destacam-se os cuidados a ter com as queimadas e a prevenção associada à vespa asiática. -----

Relativamente à Comissão Social de Freguesia, a Senhora Presidente da Junta referiu que o trabalho social desenvolvido nem sempre é visível para a população, embora seja uma área de grande importância e intervenção constante. Informou ainda que, no atual mandato, ainda não foi realizada nenhuma sessão com os parceiros da Comissão Social de Freguesia. Assim, será necessário proceder à sua convocação para uma nova tomada de posse. Os parceiros conhecem os objetivos e a missão desta Comissão, cuja principal função é promover a articulação e a cooperação entre instituições, empresas e cidadãos que participam a título individual-----

Foi igualmente esclarecido que, ainda no mandato anterior, o executivo procedeu à alteração do regulamento da Comissão Social de Freguesia, uma vez que a legislação em vigor apenas permitia a integração de entidades pertencentes ao CLAS (Conselho Local de Ação Social). Entendendo que esta limitação excluía instituições da freguesia com um papel relevante na comunidade, o executivo anterior promoveu a alteração do regulamento, permitindo a sua participação. -----



Foi referido que a Comissão desenvolve um trabalho discreto e de proximidade, sendo as situações de carência identificadas quer pelo executivo, quer através de pedidos diretos de ajuda. Destacou-se ainda o importante papel das duas farmácias da freguesia na sinalização de situações de vulnerabilidade. Sempre que surge uma situação que exige intervenção, não se aguarda pelas reuniões ordinárias, sendo os 28 parceiros contactados de imediato, de forma a assegurar uma resposta célere e adequada. Informou ainda que, no atual mandato, ainda não foi realizada nenhuma sessão com os parceiros da Comissão Social de Freguesia. Assim, será necessário proceder à sua convocação para uma nova tomada de posse. Por fim, foi informado que, no mandato anterior, a Senhora Alexandra Almeida assumiu a coordenação da Comissão Social de Freguesia, cabendo, no presente mandato, à Senhora Sílvia Oliveira dar continuidade ao trabalho social desenvolvido. -----

Foi divulgado o programa Radar Social, uma medida promovida pelo Município. Neste âmbito, foi solicitada a colaboração da Junta de Freguesia para sinalizar famílias que possam necessitar de apoio ou intervenção social. Tem vindo a ser desenvolvido um trabalho direccionado para a população idosa, por se tratar de um grupo particularmente vulnerável. Foi ainda celebrado um protocolo na área da saúde mental, enquadrado nas estratégias de promoção do envelhecimento ativo. A Senhora Presidente da Junta reforçou que todo o trabalho desenvolvido será tratado com a devida confidencialidade. Acrescentou ainda que, tendo formação na área social, se sente à vontade para procurar soluções e dar resposta aos problemas e necessidades dos fregueses. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** após a intervenção da Senhora Presidente da Junta concedeu a palavra à Senhora Brígida Oliveira. -----

A intervenção da Senhora **Brígida Oliveira** incidiu sobre a apresentação de algumas sugestões e preocupações transmitidas por moradores de Santarinho. A primeira questão refere-se à Travessa de Mouros, nomeadamente à falta de sinalização relativa ao estacionamento. A segunda prende-se com o estacionamento indevido em frente às garagens, situação que tem causado constrangimentos aos residentes. Foi ainda solicitada informação sobre a



possibilidade de alcatroamento da Rua do Mocho e abordado o problema relacionado com a água da fonte. -----

A Senhora **Presidente da Junta** prestou os esclarecimentos relativos aos assuntos abordados, começando pela questão da água da fonte. Referiu que a origem do problema não constitui um mistério e que não está relacionada com a água proveniente da mina da ecopista. Informou que o responsável pela obra se comprometeu a verificar a existência de algum entupimento, mas que tal ainda não foi possível devido a ter muito trabalho. Acrescentou que o problema não se situa entre a mina e a fonte, uma vez que foi instalado um tubo de ligação direta até ao fontanário. Assim, considera-se que a eventual anomalia poderá localizar-se na parte de cima da mina da ecopista, embora se desconheça a sua origem. A Senhora Presidente da Junta salientou que já foram efetuados investimentos significativos no fontanário ao longo dos últimos anos. Explicou também que a principal função da água da fonte é assegurar o abastecimento dos tanques. Relativamente à qualidade da água, esclareceu que, apesar de as análises poderem indicar que a água está própria para consumo num determinado momento, essa condição não é garantida de forma permanente. Por esse motivo, não considera prudente recomendar o seu consumo, uma vez que se trata de uma água não sujeita a controlo contínuo. Informou ainda que o Executivo realiza periodicamente análises à água dos fontanários da freguesia e que, sempre que alguma análise revele resultados desfavoráveis, o respetivo fontanário é encerrado. Quanto à fonte de Santarinho, referiu que a respetiva análise ainda não foi realizada, mas que será efetuada brevemente. -----

Relativamente à questão do estacionamento, a Senhora Presidente da Junta informou que já foi solicitado ao Município a colocação da sinalização adequada. Referiu, contudo, que, sempre que um veículo se encontre estacionado em frente a uma garagem, a solução passa por contactar as autoridades competentes. Manifestou compreensão pela preocupação dos moradores, salientando que o estacionamento indevido pode dificultar a circulação de veículos de emergência, nomeadamente ambulâncias e viaturas dos bombeiros, criando constrangimentos em situações que exijam uma intervenção rápida.



Acrescentou ainda que a colocação de sinalização, por si só, poderá não resolver totalmente o problema, uma vez que alguns condutores poderão continuar a desrespeitar as regras de estacionamento. A Senhora **Brígida Oliveira** tomou novamente a palavra para referir que esta situação tem gerado algum mal-estar entre os moradores. -----

No que diz respeito à questão do alcatroamento, a Senhora **Presidente da Junta** informou que a sua concretização está prevista para quando existirem condições favoráveis para a realização dos trabalhos. Esclareceu que o compromisso assumido é proceder à intervenção logo que seja possível e que haja equipamentos e meios disponíveis nas proximidades. Acrescentou que a contratação de uma empresa exclusivamente para alcatroar um troço reduzido de via representaria um custo muito elevado, uma vez que a deslocação das máquinas implica encargos significativos. -----

Por último, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Senhora Alexandra Almeida. -----

A intervenção da Senhora **Alexandra Almeida** consistiu na apresentação de um Voto de Louvor à Associação Recreativa e Cultural Enterro do Entrudo de Repeses, em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na preservação e promoção desta tradição. Foi salientado que o Enterro do Entrudo constitui uma das mais emblemáticas e genuínas manifestações culturais da comunidade local, assumindo um papel relevante na valorização do património cultural e na dinamização da vida associativa da freguesia. -----

Após a leitura do **Voto de Louvor**, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o mesmo à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

Após as intervenções dos membros da assembleia e não havendo mais pedidos de esclarecimento nem outros assuntos a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu por concluído o **Ponto Seis** da ordem de trabalhos, relativo a "**Outros Assuntos de Interesse para a Freguesia**". -----

O Senhor Presidente da Assembleia expressou satisfação com o decurso da sessão, salientando que esta tem decorrido de forma construtiva. Deu continuidade aos trabalhos entrando no **Período da Ordem do Dia**. Durante este



período, cada ponto constante da convocatória foi analisado, apreciado e votado individualmente. -----

Ponto Dois: Análise da informação financeira da atividade da Junta de Freguesia relativa ao período de 01 de janeiro de 2026 a 31 de março de 2026 e respetivo Plano Plurianual de Investimentos, conforme o disposto na alínea a) do n.º1 do artº 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à Senhora Presidente da Junta para prestar os esclarecimentos considerados necessários. A Senhora Presidente da Junta optou por fazer um breve resumo da atividade desenvolvida no período em análise. Contudo, verificou que algumas informações relativas a atividades realizadas nesse período não haviam sido previamente enviadas. Considerou, por isso, importante apresentá-las, tendo em conta a presença de fregueses na sala que não tiveram acesso à informação sobre os investimentos efetuados. -----

Iniciou a sua intervenção referindo que, desde a tomada de posse do atual executivo, em outubro, se tem verificado uma diferença significativa na forma como os anseios e solicitações da Junta de Freguesia têm sido acolhidos por parte do Município. Manifestou ainda a esperança do executivo quanto à concretização, num futuro próximo, das obras que permaneceram pendentes durante os últimos quatro anos. -----

As informações lidas pela Senhora Presidente da Junta encontram-se em anexo (anexo 1) a esta ata. A Senhora Presidente da Junta manifestou a convicção *de que o problema* do escoamento de águas pluviais na Quinta da Serra *estará resolvido antes da chegada das próximas chuvas. Relativamente ao saneamento na Rua Maria Fernanda Roboredo, em São Salvador*, a Senhora Presidente da Junta afirmou que, esta obra reveste-se de extrema importância, uma vez que a instalação da rede de saneamento básico proporcionará melhores condições de vida e maior dignidade aos moradores. Com a concretização desta intervenção, os residentes deixarão de ter a necessidade de proceder regularmente ao esvaziamento das fossas sépticas. Salientou ainda que estas habitações existem há cerca de 40 anos e que, até ao momento, ainda não dispunham de



acesso à rede pública de saneamento. Quanto à *edificação localizada na Quinta Holandesa, destinada a futuras instalações da sede da Junta de Freguesia*, a Senhora Presidente da Junta considerou que esta aquisição representa um importante contributo para a dignificação do poder local, atendendo ao facto de as atuais instalações da Junta de Freguesia de Repeses não oferecerem condições adequadas de funcionamento, designadamente por se encontrarem instaladas em antigas garagens e por não disporem de instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida. Relativamente à requalificação do pavimento e o redimensionamento dos lugares de estacionamento na Urbanização Vilabeira, a Senhora Presidente da Junta informou que os estacionamentos desta urbanização, com cerca de 30 anos, nunca foram alvo de pavimentação, sendo natural o seu atual estado de degradação. Salientou que a intervenção é particularmente importante por razões de segurança, uma vez que o desgaste do piso provoca o desprendimento de pedras, podendo causar danos nas viaturas estacionadas e aumentar o risco de queda para os peões. A seguir, a Senhora Presidente da Junta deu a conhecer as informações que não tinham sido enviadas, pedido desculpa pelo sucedido, e divulgou a iniciativa do Município de Viseu: a criação da Rota V25, inspirada na Rota Nacional 2. Esta rota tem como objetivo promover a cultura, os costumes e os principais pontos de interesse das 25 freguesias do concelho. Para integrar o projeto, o executivo da Junta irá desenvolver um percurso na nossa freguesia, cumprindo um conjunto de requisitos definidos pela organização. A inauguração da Rota V25 está prevista para o dia 11 de julho. O percurso completo terá cerca de 210 km, com início na Cava de Viriato. Cada freguesia terá um carimbo próprio e locais de interesse devidamente identificados e acompanhados de informação destinada aos visitantes. Neste contexto, a Senhora Presidente da Junta lançou o desafio aos membros da assembleia para contribuir na elaboração do percurso da nossa freguesia. A rota deverá entrar por Orgens e sair por Ranhados, passando obrigatoriamente pelas igrejas matrizes. Todos os interessados poderão enviar sugestões de pontos de interesse, histórias e outras informações relevantes que valorizem o património local. Ficou acordado que,



caso seja necessário, será agendada uma reunião com os interessados para aprofundar esta questão e debater alguns aspetos relacionados com a mesma. Mencionou que uma parte do percurso da Grande Prova de Atletismo irá ocorrer também na Freguesia. Trata-se de uma iniciativa desenvolvida em parceria com a Associação de Atletismo de Viseu. O contributo da freguesia para este evento concretiza-se através do apoio prestado pela Unidade Local de Proteção Civil, com recurso a voluntários ao longo do percurso, bem como pela oferta de fruta aos atletas participantes. -----

Informou que, no próximo dia 17 de maio, terá lugar uma caminhada de sensibilização para a luta contra o cancro. Dirigiu um convite a todos os presentes para participarem na iniciativa, cuja realização contará com o apoio do executivo da Junta. O percurso terá uma extensão aproximada de 3,5 quilómetros e decorrerá entre Repeses e Paradinha. Futuramente, prevê-se que a atividade possa abranger outras localidades da freguesia. -----

Outro tema abordado foi a Prova das Quintas. A Senhora Presidente da Junta destacou que se trata de uma prova inclusiva, organizada em parceria com o Instituto de Ação Social das Forças Armadas e com a APPACDM. Considerou que faz todo o sentido o apoio do executivo a esta iniciativa, uma vez que a freguesia quer ser uma Freguesia Inclusiva. Referiu ainda que o desafio foi aceite com entusiasmo desde o primeiro momento e que a Associação de Paradinha deverá colaborar na cedência do espaço para os participantes almoçarem. -----

Relativamente ao Balcão SNS 24, informou que já existem pessoas devidamente formadas e certificadas para prestar apoio na área da saúde. Este serviço estará disponível para toda a população e permitirá, entre outras funcionalidades, auxiliar na renovação de receituário, no acesso a teleconsultas e noutros serviços digitais de saúde, reforçando a proximidade entre os serviços e os cidadãos. Acrescentou que o balcão se encontra preparado para iniciar atividade em breve. A criação do Balcão SNS 24 resultou de um desafio lançado pelo Município de Viseu, prontamente acolhido pela Junta de Freguesia. Trata-se de uma iniciativa semelhante ao Espaço Cidadão, já anteriormente implementado. Por último, a Senhora Presidente da Junta referiu que o executivo tem



incentivado as associações e a população em geral a participarem na Rota dos Presépios. Salientou a elevada qualidade dos trabalhos apresentados ao longo dos anos e informou, com satisfação, que a freguesia alcançou este ano o 3.º lugar nesta iniciativa. -----

Após ter sido alertada pelo Senhor **José Pinho**, a Senhora **Presidente da Junta** pediu desculpa por não ter abordado anteriormente a questão do Plano Diretor Municipal (PDM), tendo prestado de seguida alguns esclarecimentos sobre o assunto. Referiu que, na última alteração do PDM, as juntas de freguesia não foram devidamente ouvidas durante o processo. Quando foram chamadas a pronunciar-se, as principais decisões já se encontravam tomadas. Nessa altura, o executivo apresentou algumas reclamações e sugestões relativas às várias localidades da freguesia, considerando que essas propostas representavam o mínimo que deveria ser tido em conta, apesar de entender que existiam várias situações mal-enquadradas no plano. Informou ainda que toda a documentação produzida nesse âmbito se encontra disponível para consulta por parte dos interessados. Relativamente à próxima revisão do PDM, a Senhora Presidente da Junta informou que o executivo continuará a apresentar propostas e contributos em defesa dos interesses da freguesia, manifestando também total disponibilidade para receber sugestões da população que possam enriquecer o documento final. Neste momento, o executivo encontra-se a recolher informações e contributos junto dos proprietários. Embora este trabalho não seja uma obrigação da Junta de Freguesia, considera-se fundamental assegurar esta articulação com a população, uma vez que a experiência anterior decorreu de forma positiva e revelou-se bastante útil. Acrescentou que esta metodologia permite reunir e organizar as diferentes pretensões da freguesia num único processo, facilitando a sua análise por parte do Município e garantindo que as especificidades de cada situação sejam devidamente consideradas. No entanto, esclareceu que nada impede os proprietários de apresentarem diretamente os seus pedidos ou propostas junto do Município. Neste contexto, a Senhora Presidente referiu ter sido identificada uma situação particularmente preocupante em Santarinho, onde um terreno anteriormente classificado como



urbano, no qual se encontra uma casa, passou a estar classificado como terreno rústico na sequência da última alteração do PDM. Esta alteração originou dificuldades significativas para o respetivo proprietário. Acrescentou que, na freguesia, apenas foi identificada uma situação de reclassificação de solo no sentido inverso, ou seja, de terreno rústico para urbano, localizada na zona situada atrás do campo de futebol de Paradinha. Na sua opinião, as alterações introduzidas pelo último processo de revisão do PDM tiveram, de um modo geral, um impacto negativo na freguesia, não tendo sido identificados benefícios relevantes decorrentes dessas alterações. Por fim, solicitou o contributo do Senhor José Pinho para a análise desta matéria, atendendo à sua experiência e conhecimentos na área. -----

Em nota informativa, a Senhora Presidente da Junta comunicou aos presentes que o executivo vai voltar a reunir-se com um conjunto de entidades com intervenção no território, com o objetivo de encontrar soluções para alguns problemas existentes no Bairro Nossa Senhora da Graça, mais conhecido como Bairro de Paradinha, alguns dos quais se têm vindo a agravar. Informou que está prevista uma primeira reunião de trabalho, na qual participarão representantes do executivo da Junta de Freguesia, da Habisolvis, do serviço de acompanhamento do Rendimento Social de Inserção, da Ação Social do Município, da Cáritas e da Polícia Municipal, com vista à identificação dos problemas existentes e à definição de estratégias de intervenção. -----

O Senhor **José Pinho** recordou que o bairro dispõe de um polivalente e de um parque infantil. Em resposta, a Senhora **Presidente da Junta** referiu que é necessário refletir sobre o futuro daquele espaço e desenvolver um trabalho estruturado que permita criar as condições adequadas para a reinstalação e valorização de equipamentos desportivos e de lazer, em benefício da população residente. -----

O Senhor **José Pinho** manifestou a opinião de que uma das medidas que poderia contribuir para a resolução dos problemas existentes no Bairro Nossa Senhora da Graça passaria por uma maior dispersão e integração dos agregados habitacionais. A Senhora **Presidente da Junta** concordou com a



necessidade de promover uma maior integração social e territorial, referindo que, na sua perspetiva, o bairro enfrentou dificuldades desde a sua criação devido à concentração de situações de vulnerabilidade social num mesmo espaço. Acrescentou que determinadas decisões tomadas ao longo dos anos contribuíram para o agravamento dos problemas atualmente existentes. Referiu ainda que, no passado, existia uma maior diversidade de residentes em alguns dos edifícios do bairro, situação que, no seu entender, favorecia um maior equilíbrio social. Concluiu afirmando que é fundamental encontrar soluções para os problemas estruturais do bairro e que o trabalho a desenvolver pelas entidades envolvidas terá precisamente como objetivo iniciar esse processo de intervenção e melhoria das condições existentes. -----

No decorrer da sessão, o Senhor **Paulo Fonseca** voltou a solicitar o uso da palavra para alertar para a falta de limpeza do terreno situado em frente à churrasqueira, em Repeses. Em resposta, a Senhora **Presidente da Junta** informou que o proprietário procede anualmente à limpeza do terreno, dispondo inclusivamente de registos fotográficos que comprovam a realização desses trabalhos. Acrescentou que é efetuada a limpeza da faixa de gestão de combustível de 50 metros, cumprindo assim as obrigações legais aplicáveis. ---

O Senhor **Paulo Fonseca** referiu ainda que os cabos de eletricidade se encontram envolvidos por ramos de árvores e questionou quando será realizada a respetiva intervenção de corte e limpeza. A Senhora **Presidente da Junta** informou que irá procurar obter esclarecimentos sobre a razão pela qual a E-Redes ainda não efetuou a intervenção necessária naquele local. Referiu que já foram solicitadas várias intervenções à empresa sempre que são identificadas situações semelhantes. Acrescentou ainda que, de acordo com informações transmitidas pelo Engenheiro Nuno Loureiro, a maioria das linhas de média tensão está tecnicamente preparada, quer ao nível da tensão elétrica quer das características dos próprios cabos, para suportar determinadas situações de contacto com a vegetação. No entanto, reconheceu a importância de garantir a adequada manutenção e limpeza das faixas de proteção junto das infraestruturas elétricas. -----



Informou que o saldo de gerência tem um valor de 77.639,53 euros e que a execução orçamental totaliza cerca de 659.000 euros. Referiu ainda que as operações de tesouraria atingem aproximadamente 18.000 euros. No que respeita às receitas e despesas de capital, verificou-se que as despesas de capital são atualmente superiores às receitas de capital. No entanto, esclareceu que, após a transferência das verbas previstas nos contratos-programa já assinados, esta diferença deverá ser significativamente reduzida. Informou igualmente que, à data de 31 de janeiro de 2026, o saldo existente na Caixa Geral de Depósitos era de 69.063,98 euros. Acrescentando o valor disponível em caixa, a disponibilidade financeira total da Junta de Freguesia é de 70.014,95 euros. Após prestar todos os esclarecimentos solicitados, a Senhora Presidente da Junta deu por concluída a sua intervenção. -----

O Senhor **Gonçalo Matos** pediu o uso da palavra para referir que analisou a informação financeira disponibilizada e verificou uma redução de cerca de 7.600 euros nas operações de tesouraria. Na sua interpretação, essa variação poderia indicar a existência de despesas superiores ao inicialmente previsto. Em resposta, a Senhora Presidente da Junta procurou esclarecer a questão colocada, referindo que a análise detalhada dessa variação seria efetuada no âmbito da prestação de contas, momento em que todas as dúvidas seriam devidamente esclarecidas. -----

Concluída a análise do ponto dois da ordem de trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu início à apreciação do ponto seguinte. -----

Ponto Três: Apreciação do Inventário 2025. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** lembrou que a informação havia sido previamente remetida a todos os membros da Assembleia e questionou se algum dos presentes pretendia colocar alguma questão ou solicitar esclarecimentos. --

O Senhor **Rui Camões** solicitou o uso da palavra para informar que analisaram a secção relativa aos imóveis, tendo considerado que a informação apresentada se encontrava algo incompleta, ficando com algumas dúvidas. Como exemplo, referiu que foi mencionado o edifício da sede da Junta em Repeses, mas não o edifício da sede de São Salvador. Em resposta, a Senhora **Presidente da Junta**



esclareceu que o edifício de São Salvador não é propriedade da Junta de Freguesia, sendo as instalações utilizadas ao abrigo de um contrato celebrado com o Município. -----

O Senhor **Rui Camões** questionou ainda quais os prédios rústicos localizados em Paradinha e em São Salvador, manifestando interesse em conhecer a sua identificação e respetivo valor patrimonial. A Senhora **Presidente da Junta** informou que dispõe das cadernetas prediais de um deles e agradeceu a questão colocada, aproveitando para esclarecer que a Junta possui cerca de 10 hectares de terreno onde se encontram instaladas antenas. Referiu também que tiveram conhecimento do furto de pinheiros nesse terreno. Acrescentou que a Junta possui o registo desse terreno no BUPI (Balcão Único do Prédio) e que, na sequência de uma verificação efetuada, foi detetada a sobreposição de BUPI, ou seja, foi registado sobre o terreno da Junta outro prédio. Informou ainda que a localização dos marcos de delimitação do terreno é conhecida. Em informações complementares, a Senhora Presidente da Junta informou os membros da assembleia de que aquele terreno foi objeto de uma ação de reflorestação há cerca de dois anos, durante a qual foram plantados 150 carvalhos com o apoio da AGIF – Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. Referiu, contudo, que o espaço necessita atualmente de uma reorganização florestal. Nesse sentido, informou que o Executivo pondera avançar com uma hasta pública para a venda de pinheiros existentes no terreno, permitindo posteriormente proceder à reorganização e valorização da área florestal. Esclareceu ainda que o outro prédio rústico localizado em Paradinha corresponde a um baldio. -----

O Senhor **Rui Camões** justificou a sua intervenção, referindo a importância de conhecer as propriedades da Junta, uma vez que poderá vir a uma permuta de terrenos para ajudar a resolver a questão dos cemitérios. Em resposta, a Senhora **Presidente da Junta** fez um ponto de situação sobre o cemitério de São Salvador. Informou que existiu a possibilidade de a Igreja ceder o terreno contíguo, tendo sido transmitido ao executivo que essa cedência estaria condicionada à viabilidade de construção na área situada do outro lado,



atendendo aos afastamentos legalmente exigidos. Nesse sentido, foi iniciado o processo junto da Câmara Municipal e solicitada ao Senhor Padre a documentação necessária. Posteriormente, verificou-se uma alteração de posição por parte da Igreja relativamente à cedência do terreno. Contudo, após novos contactos com o Engenheiro Laranjeira, foi possível alcançar um entendimento que permitiu dar continuidade ao processo. A Senhora Presidente esclareceu ainda que a localização exata da ampliação do cemitério ainda não se encontra definida, não sendo, para já, possível determinar se esta será efetuada para a retaguarda ou para a lateral do espaço existente, cabendo ao Engenheiro Laranjeira definir a solução mais adequada. -----

O Senhor **José Pinho** questionou o motivo da desistência da Igreja, tendo a Senhora **Presidente da Junta** esclarecido que a mesma terá outros projetos para aquele terreno. Por fim, a Senhora Presidente informou que poderá vir a ser desencadeado um procedimento de expropriação administrativa do terreno do Senhor Laranjeira. Acrescentou que esta solução permitirá assegurar a concretização do projeto, considerando, por isso, que uma da questão do alargamento do cemitério ficará resolvida. -----

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu por concluída a discussão do assunto e deu continuidade aos trabalhos, passando à apreciação do ponto seguinte da ordem de trabalhos. ----

Ponto Quatro: Apreciação e Autorização dos Compromissos Plurianuais.

Neste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à Senhora Presidente da Junta para prestar os esclarecimentos considerados necessários à apreciação da proposta pelos membros da Assembleia. -----

A Senhora **Presidente da Junta** explicou que a autorização solicitada corresponde a um voto de confiança da assembleia, permitindo ao executivo celebrar contratos para a prestação de serviços, tais como os serviços de internet, aluguer e manutenção de equipamentos de fotocópia e serviços de limpeza, entre outros. Esclareceu ainda que, sem esta autorização, seria necessário proceder anualmente aos respetivos procedimentos de contratação pública. Com a aprovação da proposta, o executivo poderá assegurar uma



gestão corrente e mais eficiente dos compromissos assumidos através de contratos celebrados anteriormente. -----

Não havendo pedidos de esclarecimento adicionais por parte dos membros da assembleia, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto Quatro à votação**. A proposta foi **aprovada** por **maioria**, registando-se **oito votos a favor, cinco abstenções e zero votos contra**. -----

De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia deu seguimento aos trabalhos, passando à apreciação do Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto Cinco: Apreciação, discussão e votação das contas de Gerência: Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025. -----

Relativamente a este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia** concedeu inicialmente a palavra à Senhora Presidente da Junta, que explicou a forma como seria efetuada a apresentação do mesmo, de modo a permitir a sua adequada apreciação pelos membros da Assembleia. Referiu ainda que qualquer dúvida suscitada relativamente às diversas rubricas seria prontamente esclarecida, garantindo total transparência no processo. De seguida, concedeu a palavra ao Tesoureiro do Executivo da Junta, Senhor Fernando Ferreira, para proceder à apresentação das contas. -----

O Senhor **Fernando Ferreira** começou a sua apresentação dizendo que é com o sentido de responsabilidade, transparência e compromisso, que este executivo apresenta as contas relativas ao ano de 2025. Este momento representa a oportunidade para partilhar o trabalho desenvolvido, os resultados alcançados e a forma como os recursos foram geridos. Segundo o próprio as contas refletem o rigor da gestão do executivo, a sustentabilidade das decisões tomadas e o empenho colocado na realização dos objetivos que se propuseram. Estes resultados traduzem o esforço coletivo, a dedicação de todos os envolvidos. A apresentação irá ser apresentada de forma clara e objetiva divulgando as atividades realizadas e a situação financeira. -----

Fez a apresentação recorrendo ao PowerPoint e começou por analisar a execução orçamental do ano de 2025, referindo que a contabilidade orçamental assegura o registo rigoroso da execução do orçamento, acompanhando os



fluxos de recebimentos e pagamentos, bem como os saldos transitados entre exercícios. Explicou ainda que a demonstração do desempenho orçamental evidencia os recebimentos e pagamentos efetuados, as operações de tesouraria e os saldos de gerência, permitindo uma leitura integrada da execução financeira da Freguesia. Posteriormente, apresentou alguns conceitos-chave: **Receitas Orçamentais**: montantes arrecadados ao longo do ano para financiar as atividades da Junta de Freguesia; **Despesas Orçamentais**: gastos efetuados no cumprimento das responsabilidades e projetos da Junta; **Operações de Tesouraria**: movimentos financeiros que não afetam diretamente o orçamento, mas que são necessários à gestão; **Grau de Execução**: percentagem do orçamento efetivamente executada face ao valor previsto e o **Saldo de Gerência**: montante disponível no início e no final do período orçamental. Referiu ainda que a execução orçamental de 2025 se traduziu nos seguintes valores: **Saldo de Gerência Anterior**: 54.194,96 €; **Receitas Orçamentais**: 429.812,14 €; **Operações de Tesouraria**: 8.311,60 €. Estes valores perfazem um total de 492.318,70 €, correspondendo a um **grau de execução** de 55,69%. No que respeita às despesas, a execução orçamental de 2025 traduziu-se em **Despesas Orçamentais** no valor de 409.363,81 €, **Operações de Tesouraria** no montante de 5.315,36 € e um **Saldo para a Gerência Seguinte** de 77.639,53 €, perfazendo um total de 492.318,70 €, correspondente a um **grau de execução** de 48,63%. O exercício de 2025 encerrou com um saldo de gerência positivo de 77.639,53 €, o qual transita para 2026. O Senhor Fernando Ferreira, após a apresentação da síntese orçamental, procedeu à análise da **receita**, concluindo que a receita total do exercício de 2025 ascendeu a 468.803,42 €, valor resultante da integração do saldo transitado da gerência anterior (38.991,28 €) com as receitas efetivamente arrecadadas ao longo do exercício (429.812,14 €). O grau de execução global situou-se nos 55,69%. Enumerou, de seguida, as principais fontes de **Receita Corrente**. A primeira corresponde às **Transferências e Subsídios Correntes**, no valor de 321.108,80 €, constituindo a principal fonte de financiamento da Freguesia, com um grau de execução de 96,25%. Estas receitas são provenientes da Administração Central (Estado) e da



Administração Local (Município de Viseu), nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. A segunda fonte de receita diz respeito à **Receita Fiscal**, no montante de 12.501,23 €, proveniente do IMI Rústico e Urbano, apresentando um grau de execução de 90,18%. Esta receita traduz a contribuição direta dos municípios para o financiamento local. A terceira fonte corresponde aos **Rendimentos de Propriedade**, no valor de 8.400,00 €, resultantes da exploração do terreno das antenas. Esta rubrica apresentou um elevado grau de execução, fixando-se nos 97,11%, constituindo uma fonte estável de receita patrimonial. Por último, a quarta fonte de receita refere-se a **Taxas, Multas e Penalidades**, no valor de 8.343,34 €, associadas a serviços de cemitério, protocolos com os Serviços Municipalizados, emissão de atestados e registos canídeos. Esta rubrica registou um grau de execução de 71,67%. Explicou, de seguida, que as Transferências do Estado representam a principal fonte de financiamento da Freguesia, revelando uma significativa dependência financeira da Administração Central e Local. -----

As **Receitas de Capital**, no montante de 73.926,26 €, correspondem a receitas extraordinárias e não permanentes, às quais a Freguesia recorre para financiar despesas de investimento. O grau de execução global situou-se nos 17,24%. Estas receitas foram arrecadadas através da venda de bens de investimento, no montante total de 8.965,00 €, resultante da aquisição de sepulturas e jazigos nos cemitérios por parte dos fregueses. Esta rubrica apresentou um grau de execução de 83,71%. Relativamente às **Transferências de Capital**, estas ascenderam a 64.961,26 €, sendo provenientes do Município. Apesar de essenciais para a concretização de investimentos, revelaram-se insuficientes para suprir as necessidades previstas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Salientou ainda que a reduzida execução das transferências de capital limitou a capacidade de concretização de projetos de investimento de maior dimensão previstos no PPI. Concluída a apresentação das receitas, o Senhor Fernando Ferreira passou à análise das despesas. Informou que a Freguesia de Repeses e São Salvador registou um volume de **despesa** de 409.363,81 €, correspondente a um grau de execução de cerca de 48,63%, condicionado



sobretudo pela baixa execução das despesas de capital. As **Despesas Correntes** apresentaram um grau de execução de 85,81%, incidindo essencialmente sobre despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços. Os **encargos com o pessoal** ascenderam a 166.136,26 €, correspondendo a um grau de execução de 86,36%. Este valor inclui as atualizações salariais efetuadas em cumprimento da legislação em vigor. Relativamente à **aquisição de bens e serviços**, a despesa atingiu 145.716,14 €, traduzindo um grau de execução de 86,66%. Destacam-se os gastos com conservação de bens, no montante de 84.789,96 €, que incluíram intervenções de beneficiação em zonas de lazer e espaços verdes. As despesas com **transferências e subsídios correntes** totalizaram 10.447,00 €, correspondendo a um grau de execução de 69,64%, destinando-se ao apoio financeiro a instituições sem fins lucrativos da freguesia. Segundo o Senhor Fernando Ferreira, as **Despesas de Capital** totalizaram 86.921,44 €, representando 18,65% do total das despesas orçamentais. Estas despesas destinaram-se sobretudo ao investimento e à melhoria das infraestruturas locais. A obra de maior relevância realizada no exercício de 2025 foi a construção de um muro na Rua Chão do Gaio, em Santarinho, num investimento de 64.711,27 €, contribuindo para o reforço da segurança e da qualidade da via pública. As restantes obras e intervenções realizadas na freguesia representaram um investimento de 14.351,17 € e abrangeram diversas melhorias em infraestruturas, equipamentos e espaços públicos, nomeadamente: reparação da berma na Quinta da Longra; colocação de manilhas para águas pluviais na Rua da Barroca; manutenção de bancos de jardim; melhoria do escoamento de águas na Rua de Santo António; requalificação do telheiro de Santarinho; colocação de bancos de lazer na Colina Verde e na colocação de manilhas na Travessa da Rua da Ramalhosa. Apesar das limitações de financiamento, o Senhor Fernando Ferreira salientou que foi possível concretizar intervenções visíveis e relevantes em zonas de lazer, ruas, calçadas, cemitérios e outros equipamentos essenciais da freguesia. Comparando as receitas e as despesas orçamentais de 2025, referiu que as receitas correntes superaram as despesas correntes, originando um saldo



corrente positivo de 33.305,64 €. Relativamente às despesas de capital, verificou-se um défice de 12.995,18 €, o qual foi compensado pelo saldo transitado da gerência anterior. No que respeita à **Tesouraria**, foi divulgado que, no final do exercício de 2025, a Junta de Freguesia de Repeses e São Salvador apresentava as seguintes disponibilidades financeiras: **numerário em caixa: 731,93 €; saldo disponível na conta bancária da Caixa Geral de Depósitos: 76.907,60 €; total das disponibilidades financeiras: 77.639,53 €**. Esclareceu que o saldo de tesouraria se desagrega em: execução orçamental: 59.439,61 €; operações de tesouraria: 18.199,92 €. Estas últimas correspondem a movimentos transitórios, nomeadamente relacionados com IMT, AMA, PAYSHOP e Bilha Solidária. Antes de concluir a sua intervenção, o Senhor Fernando Ferreira apresentou uma síntese da Gestão Orçamental relativa ao ano de 2025, destacando alguns pontos-chave. Relativamente à dependência de transferências públicas, salientou que as transferências correntes registaram um grau de execução de 96,25%, evidenciando a forte dependência da Junta de Freguesia face aos apoios da Administração Central e Local, bem como a importância de assegurar a regularidade desses financiamentos. Quanto às receitas de capital, referiu que a sua reduzida execução limitou a concretização de projetos de investimento de maior dimensão previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Destacou ainda a boa gestão dos ativos próprios da freguesia, evidenciada pela receita proveniente do terreno das antenas e pela prestação de serviços administrativos, demonstrando alguma capacidade de diversificação das fontes de receita, embora ainda pouco expressiva. Sublinhou o foco nos serviços prestados à comunidade, referindo que a maioria das intervenções realizadas teve como objetivo melhorar a qualidade de vida da população, através de ações de pequena dimensão, mas de grande importância prática, ajustadas às necessidades reais da freguesia. Para finalizar, o Senhor Fernando Ferreira referiu que se verificou o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental corrente, tendo sido gerada uma poupança corrente no valor de 33.305,64 €, destinada a financiar o investimento realizado. Relativamente às despesas de capital, registou-se um défice de 12.995,18 €, o



qual foi compensado pelo saldo transitado da gerência anterior. No que respeita às recomendações para o ano de 2026, destacou a necessidade de: aumentar a taxa de execução orçamental, tanto da receita como da despesa; reforçar a capacidade de captação de receita própria; melhorar a eficácia na execução dos investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI); monitorizar de forma mais rigorosa a execução do capital e fortalecer a autonomia financeira da freguesia. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** enalteceu o Senhor Fernando Ferreira pela forma cuidada, clara e esclarecedora com que apresentou este ponto. Não tendo sido apresentados quaisquer pedidos de esclarecimento por parte dos membros da assembleia, o **Ponto Cinco** foi submetido a **votação**, tendo sido **aprovado por maioria**, com **oito votos a favor**, **cinco abstenções** e **zero votos contra**. -----

Ponto Seis: Outros assuntos de interesse da Freguesia. -----

Uma vez que o Ponto Seis já havia sido apresentado e apreciado anteriormente, o Senhor **Presidente da Assembleia** considerou a sua análise concluída, não havendo lugar a nova exposição. Terminada a apreciação dos pontos constantes da ordem de trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à continuação da sessão, dando entrada ao **período destinado à intervenção do público**. -----

Antes de conceder a palavra ao público para o período de intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor José Pinho para as suas declarações finais. -----

O Senhor **José Pinho** começou por salientar a importância da realização da sessão neste edifício. Contudo, observou que, apesar da capacidade das instalações ser bastante superior ao número de pessoas presentes, verificaram-se dificuldades de estacionamento, tendo inclusivamente sido necessário estacionar no meio da povoação. Referiu ainda que já havia transmitido esta preocupação à Senhora Presidente da Junta. Acrescentou que alguns dos veículos se encontravam estacionados num terreno privado, considerando, por



isso, pertinente que sejam estudadas soluções para aumentar a disponibilidade de estacionamento nas imediações. Reconheceu a qualidade e o interesse das infraestruturas, mas destacou que a falta de estacionamento constitui um constrangimento para a sua utilização. -----

O Senhor **Fernando Ferreira** assumiu a responsabilidade pela situação, reconhecendo que deveria ter sido previamente acautelada a abertura do parque de estacionamento. -----

Por sua vez, o Senhor **Presidente da Assembleia** recordou que o espaço se encontra sob gestão camarária, salientando, contudo, que tal não impede a Junta de Freguesia de fazer pressão junto do Município no sentido de procurar soluções para esta questão. -----

A Senhora **Presidente da Junta** informou os membros da assembleia de que estas instalações já tinham acolhido uma sessão da Assembleia de Freguesia no mandato anterior. Explicou que a escolha deste espaço teve como objetivo proporcionar melhores condições para a participação do público, evitando que as sessões se realizem apenas na presença dos membros da Assembleia e do Executivo. Referiu ainda que é princípio do executivo privilegiar a realização das assembleias em associações ou edifícios que promovam uma maior proximidade com os fregueses. Por fim, informou que, no mandato anterior, após a realização da primeira sessão nestas instalações, deixou de ser possível utilizar o espaço para a realização de futuras assembleias, pois foram impedidos. -----

Retomando a condução dos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra a um freguês presente na sala, o Senhor António, residente em Santarinho. -----

O Senhor **António** iniciou a sua intervenção informando que possui dois armazéns na Rua Chão Redondo. Referiu que, com frequência, quando necessita de sair das suas instalações, encontra veículos estacionados de forma inadequada, o que dificulta a circulação e a saída dos mesmos. Relativamente à Travessa do Mocho, solicitou que fosse efetuada alguma intervenção com vista a impedir o estacionamento indevido naquela via. Salientou que estas situações têm originado conflitos e algum mal-estar entre vizinhos. Acrescentou ainda que



a colocação de um sinal de proibição de estacionamento poderia contribuir para a resolução do problema, permitindo uma atuação mais eficaz das autoridades competentes sempre que necessário. A Senhora **Presidente da Junta** esclareceu que, mesmo na ausência de sinalização específica, nenhum veículo pode impedir a normal circulação na via pública, nem obstruir o acesso ou a saída de garagens. Acrescentou que, sempre que se verifiquem estas situações, as autoridades competentes podem ser chamadas a intervir. Referiu que, tanto quanto é do seu conhecimento, já terá sido efetuado um pedido de colocação de sinalização para aquela rua. No entanto, uma vez que a situação persiste, informou que irá apresentar um novo pedido, de forma a que seja analisada a necessidade de instalação de sinalização vertical adequada ao local. -----

O Senhor **António** sugeriu a colocação de uma placa informativa na capelinha localizada junto ao lago, onde se encontra a imagem de Nossa Senhora, indicando a data da sua construção e a identificação do seu construtor. -----

A Senhora **Presidente da Junta** informou que a capelinha se encontra na via pública e não integra o inventário da Junta de Freguesia. Contudo, considerou pertinente a sugestão apresentada e comprometeu-se a trazer o assunto à Assembleia para apreciação. -----

O Senhor **António** solicitou ao executivo que continuasse a fazer pressão junto do Município no sentido de encontrar uma solução para os problemas de segurança rodoviária na Estrada Nacional 337-1. Em particular, sugeriu que fosse reforçada a pressão junto das entidades competentes para a colocação de sinalização luminosa à entrada de Santarinho, considerando tratar-se de uma via com elevado grau de perigosidade. Em resposta, a Senhora **Presidente da Junta** informou que já foi apresentado um pedido para avaliação da eventual instalação de sinalização luminosa à entrada de Santarinho, encontrando-se o mesmo a aguardar apreciação pelas entidades competentes. -----

O Senhor **António** abordou novamente a situação relacionada com o loteamento onde se localiza a sua habitação. Referiu que lamenta não dispor dos acessos previstos na planta do loteamento, considerando que se trata de um problema que se arrasta há cerca de quarenta anos. Manifestou a convicção de que existe



alguma irregularidade na situação e acrescentou que já ponderou recorrer aos tribunais, por entender que o Município tem conhecimento do problema sem que tenha sido encontrada uma solução. Em resposta, a Senhora **Presidente da Junta** recordou que o assunto já foi debatido em diversas ocasiões. Referiu que a Junta já procurou esclarecimentos junto dos técnicos competentes e que as soluções apresentadas até ao momento revelam uma reduzida probabilidade de resolução. Nessa medida, considerou que a via judicial poderá ser uma das alternativas a ponderar. O Senhor **António** informou que pretende solicitar uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal para expor novamente a situação, tendo convidado a Senhora Presidente da Junta a acompanhá-lo nesse encontro. A Senhora **Presidente da Junta** manifestou disponibilidade para estar presente. -----

O Senhor **António** acrescentou ainda que, no seu entendimento, não existe na Freguesia de São Salvador outro loteamento com passeios em condições tão deficientes e com tão poucas condições de acessibilidade como aquele onde reside. -----

Por fim, a Senhora **Presidente da Junta** informou que irá avaliar a situação, procurando identificar eventuais possibilidades de intervenção ou resolução. – Como os membros da Assembleia desconheciam o problema do Senhor António, problema esse que se arrasta há vários anos, a Senhora Presidente da Junta considerou oportuno prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto. De acordo com o que tem sido defendido pelo Senhor António, existe uma discrepância no alinhamento dos muros da sua habitação relativamente aos muros das restantes casas construídas na mesma zona. A planta do loteamento que o Senhor António possui já foi analisada várias vezes pelos serviços técnicos de urbanismo. Na sua convicção, o Senhor António entende que os restantes muros deveriam recuar de forma a ficarem alinhados com o muro da sua propriedade. Contudo, os outros proprietários defendem que os seus muros se encontram corretamente implantados, considerando que as áreas constantes da documentação existente poderão não corresponder rigorosamente à realidade. Ao longo do tempo, já foram realizadas diversas reuniões com os serviços



Assembleia de Freguesia de Repeses e São Salvador

competentes, tendo sido inclusivamente sugerida a realização de um levantamento topográfico de toda a zona. No entanto, um levantamento desta natureza, efetuado após tantos anos e considerando as várias alterações entretanto realizadas, poderá revelar situações mais complexas, nomeadamente a existência de muros, garagens ou acessos diretos à via pública que não se encontrem em conformidade com os projetos ou licenciamentos aprovados. -----

O Senhor **António** referiu que não pretende criar problemas aos seus vizinhos, solicitando apenas que seja corrigido o alinhamento dos muros. Em resposta, a Senhora **Presidente da Junta** salientou que, para resolver a questão de forma correta e definitiva, é necessário apurar a origem do problema, de modo a determinar com rigor a situação existente e encontrar uma solução adequada.

O Senhor **Presidente da Assembleia**, após a intervenção do referido freguês, agradeceu a sua presença e participação na sessão. Posteriormente procedeu à leitura da **minuta da ata** referente à presente sessão, a qual foi submetida à votação. A Assembleia deliberou **aprovar** a referida minuta por **unanimidade**. - Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou encerrada a sessão ordinária, da qual se lavrou a presente ata. Após lida e aprovada, a mesma será assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia, pela Primeira Secretária e pelo Segundo Secretário, sendo posteriormente arquivada nos termos legais. -----

O Presidente: Pereira Barros

A 1º Secretária: Coluino Cândido

O 2º Secretário: [Assinatura]